

Clipping n° 1131

, 05 Fevereiro 2013 - 10:59:03

Fiesp revê estimativas: a atividade industrial cai 4,5% em 2012 A atividade da indústria paulista registrou queda de 4,5% em 2012 na comparação com 2011, de acordo com o Indicador de Nível de Atividade (INA) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp). A queda foi maior que o previsto pelas entidades, de -4,1%, e sugere uma revisão para baixo da estimativa de crescimento da atividade em 2013. A perda de vitalidade ocorrida no final de 2012 fez com que revíssemos o desempenho para 2013: antes prevíamos crescimento de 3,9%; agora acreditamos que ficará em 2,3% , afirmou Paulo Francini, diretor-titular do Departamento de Pesquisas e Estudos e Econômicos (Depecon) da Fiesp e do Ciesp. Fiesp

Crédito ao consumidor reagirá no primeiro semestre de 2013 O Indicador Serasa Experian de Perspectiva do Crédito ao Consumidor, que, por sua metodologia de construção, possui a propriedade de antever os movimentos cíclicos da concessão de crédito com seis meses de antecedência, subiu 1,4% em dezembro/12, atingindo o patamar de 100,3 pontos. A sequência de altas mensais sucessivas e recentes do indicador e a sua convergência para próximo do nível 100 sinaliza que, após ter apresentado desaceleração durante o ano de 2012, as concessões de crédito ao consumidor entrarão em rota de recuperação já durante o primeiro semestre de 2013. A redução, ainda que relativamente morosa, dos níveis de inadimplência do consumidor, já começa a ser percebida em algumas linhas de crédito (veículos, outros bens duráveis e habitacional). Aliada à manutenção de um patamar baixo para a taxa de desemprego, aos ganhos salariais acima da inflação na maioria das categorias profissionais e à tendência de estabilidade da taxa básica de juros (taxa Selic) forma um conjunto de fatores que contribuirão para determinar uma dinâmica mais favorável para as concessões de crédito ao consumidor neste primeiro semestre de 2013, salientam os economistas da Serasa Experian. Abigraf

Salário mínimo de R\$ 678 começa a ser pago à maioria dos trabalhadores nesta semana Brasília Em vigor desde 1º de janeiro, o novo salário mínimo de R\$ 678 só começa a ter efeito na renda da maioria dos trabalhadores brasileiros nesta semana, com o pagamento da quantia referente ao mês passado. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também está depositando os benefícios do piso previdenciário pelo novo valor. O pagamento das aposentadorias, dos auxílios e das pensões da Previdência começou no último dia 25 e vai até quinta-feira (7). Quem recebe a cada 15 dias já foi beneficiado pelo aumento do salário mínimo no pagamento referente à primeira quinzena de janeiro. Quem recebe no dia 30 ou no início de cada mês só passou a sentir a diferença ao receber o salário do mês passado. Até 2015, o salário mínimo será reajustado com base na Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Pela regra, a cada ano, o aumento do salário mínimo corresponderá à variação do Produto Interno Bruto (PIB) do ano retrasado mais a inflação do ano anterior medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em 2013, o reajuste totalizou 8,83%. Desse total, 2,73 pontos percentuais referem-se ao crescimento do PIB em 2011; e o restante, à variação do INPC no ano passado. O novo valor acresce R\$ 56 à renda de quem ganha um salário mínimo e gera um impacto estimado nas contas da Previdência Social de mais de R\$ 12,3 bilhões, em 12 meses. Ao todo, mais de 20 milhões de pessoas terão os benefícios reajustados. Segundo os cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos Socioeconômicos (Dieese), o aumento do mínimo representa uma injeção anual de renda na economia de R\$ 32,7 bilhões. O departamento informou também que o novo valor aumentará a arrecadação tributária em R\$ 15,9 bilhões sobre o consumo, na mesma comparação, já que atualmente 45,5 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo. Agência Brasil

Metalúrgicos vinculados à CUT querem contrato coletivo nacional Elabora-ção de CCN já foi buscada em outros momentos pela CUT. Porém, dirigentes da central dizem que, agora, as próprias empresas veem a necessidade de desburocratizar. Os metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) traçaram uma estratégia e já deram os primeiros passos para a elaboração de um Contrato Coletivo Nacional (CCT), como é feito pelos bancários. No fim de 2012, foi elaborada uma pauta comum durante a 1ª Conferência Nacional de Negociação Coletiva dos metalúrgicos cutistas, que estabeleceu cinco cláusulas sociais a serem abordadas neste ano por todas as suas bases durante as negociações. No entanto, a diferente realidade que cerca os 2,4 milhões de trabalhadores da categoria no país é a principal barreira ao CCT. No ABC, por exemplo, o piso salarial do montador é 131% maior que o piso do metalúrgico que exerce a mesma função em Manaus. A elaboração de um contrato nacional dos metalúrgicos já foi buscada em outros momentos pela CUT. Porém, dirigentes da central dizem que, agora, as próprias empresas veem a necessidade de desburocratizar as negociações, o que diminui parte da resistência a esse movimento e abre espaço para que os sindicatos se organizem.

Construção de uma pauta nacional unificada Pouco a pouco, eles devem incluir outras questões comuns nas pautas de suas bases. Dessa maneira, as diferenças regionais serão diminuídas, o que facilitará a elaboração de uma pauta nacional unificada, inclusive com questões econômicas, nos próximos anos. Ao mesmo tempo, os trabalhadores ganharam força com baixas taxas de desemprego e dificuldade de encontrar mão de obra qualificada. "Há 20 anos tentamos estabelecer esse acordo, mas vivíamos em período de baixo crescimento e desemprego alto. Isso mudou. Estamos no melhor momento para negociar", diz Paulo Cayres, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT. Sérgio Nobre, secretário-geral da central sindical e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, diz, sem citar nomes, que já foi procurado por indústrias presentes em diferentes Estados, que demonstraram interesse em uma negociação unificada. "Existe um debate na indústria sobre a complexidade da gestão de relações do trabalho. Com o aumento da competitividade, as empresas querem desburocratizar esse processo".

Cinco pontos para o debate Os 781 mil metalúrgicos da CUT, que representam mais de 30% da categoria no Brasil, escolheram cinco pontos para discutir em todas as negociações no país. Auxílio para creche, acesso dos sindicatos ao local de trabalho, formação das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipa), acompanhamento dos sindicatos nas demissões e controle da jornada de trabalho serão debatidos com os sindicatos patronais da categoria. Alguns deles, como a fixação de uma jornada, parecem óbvios para os metalúrgicos em locais com sindicatos representativos, como em São Paulo, mas se tornam exceção em locais mais afastados dessa realidade. "Queremos estabelecer essas garantias em todo o país. A realidade dos metalúrgicos do Norte e Nordeste precisa ser equalizada com a dos demais", diz Cayres. A maior barreira à negociação nacional é a equiparação dos salários. Enquanto o piso de um metalúrgico que trabalha como montador no ABC é de R\$ 1.560, o trabalhador nas mesmas condições em Manaus recebe R\$ 675 e, em Pernambuco, R\$ 716. A diferença passa de 130%. O salário médio dos metalúrgicos do ABC, que está em R\$ 4,1 mil, também é muito maior que a média nacional dos metalúrgicos cutistas, de R\$ 2,5 mil. Na região estão concentradas cinco grandes montadoras, que elevam a média salarial da categoria.

Crítica à contradição "A categoria metalúrgica tem a indústria automobilística como principal ramo, e o carro é vendido ao mesmo preço em todo o país, não há diferença regional. Por que os salários pagos para os mesmos trabalhadores têm tamanha diferença?", diz Nobre, da CUT. As cláusulas econômicas ainda não foram consideradas entre os primeiros pontos que os metalúrgicos da CUT incluam na pauta a ser negociada individualmente, neste ano, pelos seus sindicatos. O motivo é evitar qualquer resistência das organizações patronais, antes que seja garantida a igualdade entre condições sociais básicas da categoria, como a delimitação da jornada - que hoje está, na maior parte do país, em 44 horas. A redução para 40 horas, que já vale para 80% dos metalúrgicos do ABC, entra com força nessa pauta unificada mais

para frente. "Não queremos que a discussão de salários e pisos iniba as negociações. Antes precisamos garantir, por exemplo, a presença do sindicato nas fábricas para que tentemos diminuir os acidentes de trabalho, o que ainda ocorre com muita frequência em determinadas bases", diz Cayres. **Força Sindical** Quem pode dar força a esse movimento são os metalúrgicos da Força Sindical. Apesar de menos representativos, eles são mais numerosos e chegam a cerca de 1,4 milhão no país, sendo 800 mil apenas no estado de São Paulo. Cláudio Magrão, presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, vinculada à Força, afirma que a discussão de uma negociação nacional deve começar a ganhar forma em 2013. "Isso vem sendo cogitado há muitos anos, mas faltava organização das centrais. Neste ano, essa discussão tem de ser prioridade", diz Magrão. Segundo ele, a Força ainda não se juntou à CUT, porque espera uma maturação da negociação nesses moldes dentro das bases sindicais. Magrão pondera que os setores patronais dos metalúrgicos devem oferecer forte resistência a essa organização e sugere que as negociações unificadas no país ocorram, ao menos inicialmente, em empresas localizadas em mais de um município. "É improvável que o contrato nacional dos metalúrgicos dê certo. Há grande complexidade entre as empresas e a realidade dos Estados", diz. **PLR** Cayres, da CNM-CUT, concorda que esse pode ser o passo inicial. Ele cita o caso da Ford. Na empresa, o piso dos metalúrgicos em Camaçari é menor do que o pago em São Bernardo do Campo, mas houve uma negociação em que ficou determinado que a participação sobre os lucros seria igual, independentemente da unidade onde se trabalha. Otávio Pinto e Silva, sócio do escritório Siqueira Castro Advogados, também vê uma série de empecilhos a esse modelo de negociação para os metalúrgicos. "Encontramos diferentes condições de trabalho e custo de vida. Seria importante que houvesse negociações menores, que adaptassem o contrato nacional à realidade local, partindo de parâmetros básicos para todo o país. Essa dificuldade foi superada pelos bancários, já que os bancos têm presença nacional, são menos numerosos e mais homogêneos que as empresas metalúrgicas. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), que representa 500 mil bancários no país, a negociação é simultânea com cerca de 150 bancos, representados pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). "Não temos a menor dificuldade de fazer um protesto que reúna trabalhadores de todo o país", diz Miguel Pereira, diretor da Contraf. (Com Valor Econômico)

Jorge Caetano Fermio

pŷ